Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado do Paraná Class.: 160

Data: 03.12.88 Pg.:

Massacre dos Ticuna: a condenação

190

O governo brasileiro foi condenado pelo massacre do índios Ticuna ocorrido em março passado, na região do Alto Solimões (PA), segundo a decisão de um júri não institucionalizado, formado por personalidades de diversas áreas, que se reuniram no último final de semana no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Os sete jurados deram suas declarações de voto acompanhando por unanimidade a argumentação do advogado curitibano Carlos Frederico Marés, que promoveu a acusação contra o Estado brasileiro no caso. A defesa foi feita pelo advogado Hernan Assis Baeta e o Tribunal Ticuna, que durou aproximadamente três horas, foi presidido pelo jurista Fábio Konder Comparato.

O massacre dos índios Ticuna, resultante de conflitos de terras, deixou um saldo de 24 mortos, 27 desaparecidos e 23 feridos. O ocorrido sensibilizou inúmeras instituições de defesa dos direitos humanos, culminando na organização, pela Comissão Pró-Índio, desse tribunal, a quarta versão do Tribunal dos Povos realizada no Brasil. Os pareceres desse tribunais, realizados com freqüência nos países do Primeiro Mundo, embora não tenham caráter oficial, têm forte peso moral e repercussão inclusive no Exterior. As decisões também são acolhidas e anexadas nos processos das Comissões de Direitos Humanos da ONU e da OEA.

Pelo resultado da votação do júri, ficam diretamente responsabilizados pela chacina o ex-presidente da Funai, Romero Jucá, o ministro do Interior, João Alves e o presidente José Sarney. Na acusação, Carlos Frederico Marés, secretário municipal de Cultura de Curitiba e advogado especialista em Direito indígena, destacou que o genocídio teve uma série de antecedentes de desrespeito do Estado para com os Ticuna. O seu argumento principal foi de que "a terra á a única forma de se manter a cultura indígena. Tirar a terra dos índios é a mesma coisa que promover um etnocídio. E isso é o que o governo está fazendo no Alto Solimões".

Funai culpada

Numa atitude inédita, os Ticunas, uma nação de alto nível de organização e em contato com a civilização há 400 anos, acionaram um processo na Justiça, através do advogado René Garcez Moreira, com apoio de Carlos Marés, reivindicando a declaração definitiva de que as terras são dos índios. A Funai, para impedir o andamento do processo, respondeu na Justiça que os Ticunas não são índios. Ainda que não tenham ocorrido outros massacres, continua-se impossibilitando que aquela nação, formada por mais de 20 mil índios, mantenha sua cultura.

No caso da chacina, que envolveu um grupo de índios e grupos de pistoleiros da região, a Funai, por mais que estivesse avisada do clima de tensão na área, não tentou evitar o confronto. Além disso, demitiu os professores indígenas que eram peças importantes na organização dos índios, e proibiu por decreto a entrada no local do advogado Garcez Moreira e de instituições que apóiam as causas indígenas, como o Cimi.

Hernan Baeta explicou que não podia defender a política indigenista do governo, porque ela é realmente deturpada, mas isentou de responsabilidade os três personagens (Romero Jucá, João Alves e José Sarney) porque o culpado da situação, segundo ele, é a sociedade brasileira como um todo. "A sociedade brasileira tem uma tradição de violação dos direitos indígenas", disse Baeta, não podendo ser esse governo particularmente o responsável pela atitude dos brancos contra os índios.

No júri, que decidiu pela condenação do governo, estavam Antonio Augusto Arantes (presidente da Associação Brasileira de Antropologia), Márcio Bastos (presidente da OAB), Dalmo Dallari (Comissão de Justiça e Paz), D.Décio Pereira (CNBB), escritor Márcio Souza, jornalista Fernando Gabeira, Carolina Bori (presidente da SEPC) e deputado Fábio Feldmann. Como testemunhas, apresentaram-se três índios Ticunas sobreviventes do massacre, o índio Ailton Krenak, que falou sobre as relações da Funai com a União das Nações Indígenas e o antropólogo João Pacheco.

Menino com medo dá início à chacina

O conflito de terras na região do Alto Solimões (PA) se dá entre os índios da nação Ticuna e um grande fazendeiro, Oscar Castelo Branco (também condenado pelo Tribunal dos Povos), em cujas propriedades se desenvolve uma espécie de sistema semi-feudal de produção. Muitos trabalhadores rurais vivem em suas terras e trabalham para ele, na extração das riquezas típicas da Amazônia, como borracha e madeira. Para defender suas terras, mantém pequenos "exércitos" armados, sendo este os autores da chacina que matou 14 índios Ticunas.

No dia do massacre, no mês de março, a Funai foi avisada do clima de tensão tanto pelos índios como pelos brancos, mas não tomou providências. O confronto começou quando um grupo de 100 índios se reuniu para discutir com autoridades da Funai a questão da terra, chamando atenção e assustando os pistoleiros que imaginaram um ataque indígena. Assim como os índios foram chamar representantes do governo para discutir a demarcação das áreas, os brancos também foram até a Funai e à Polícia, buscar reforços para o caso de um conflito. A Funai deu pouca importância ao pedido.

Foi então que os brancos armados, escondidos na mata, cercaram o local onde os índios estavam reunidos. Dois pistoleiros, entre eles um menino de 14 anos, aparecem para falar com os índios, que completamente desarmados se dirigiram a eles, num grupo pequeno explicando o motivo daquela reunião. Não havia nos índios os típicos sinais de que estavam se preparando para a "guerra". Logo, o menino de 14 anos, talvez por medo, se afastou e atirou, atingindo um dos Ticunas. Os outros índios, ignorando a existência de homens na mata, pegaram a outra arma e simplesmente quebraram. O menino correu e os que estavam escondidos começaram a atirar.